

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

I – INTRODUÇÃO:

O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo analisar e apresentar as alternativas viáveis para a aquisição de **materiais de limpeza, produtos de higiene e gás de cozinha (GLP)**, com vistas a atender, de forma contínua e eficaz, às necessidades das Unidades Administrativas da Prefeitura.

A iniciativa está alinhada com os princípios da **eficiência, economicidade e planejamento**, visando garantir o adequado funcionamento das instalações públicas, a saúde dos servidores e a qualidade dos serviços prestados à população.

II – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

A demanda surgiu em razão da utilização constante e essencial dos itens de limpeza e higiene nas unidades, bem como do uso do gás de cozinha para preparo de alimentos em cozinhas institucionais e outras dependências. A falta de regularidade no fornecimento compromete diretamente:

- A salubridade dos ambientes;
- A segurança sanitária;
- O bem-estar de servidores e usuários;
- A operacionalização de atividades rotineiras.

III – PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O Plano de Contratações Anual (PCA) ainda não foi efetivamente adotado pelo Município para este ano, com todas as especificidades que o compõem, de forma que a Administração está levantando esforços para sua implantação no exercício de 2026.

IV – ÁREA REQUISITANTE

Cozinha Piloto Municipal.

V – DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Atender, de forma planejada e eficiente, às necessidades recorrentes de fornecimento de materiais de limpeza, higiene e gás de cozinha, por meio de soluções que garantam:

Regularidade na entrega;

Padronização de produtos;

Otimização de recursos;

Logística compatível com as unidades atendidas;

Atender às exigências sanitárias e de segurança estabelecidas por normas vigentes.

VI – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Diante da necessidade do objeto deste estudo, foi realizado o levantamento de mercado no intuito de prospectar e analisar soluções para a necessidade apontada, que atendam aos critérios de vantajosidade para a Administração sob os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência.

Análise de Alternativas:

Alternativa 1: Licitação via Pregão Eletrônico (SRP - Sistema de Registro de Preços)

Vantagens:

- Economia de escala: compra centralizada gera menores preços.
- Flexibilidade: entrega por demanda conforme requisições das unidades.
- Transparência e legalidade conforme Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

Desvantagens:

- Processo pode ser moroso se não bem planejado.
- Exige planejamento rigoroso para não gerar saldo contratual não utilizado.

Alternativa 2: Contrato Direto com Fornecedores Locais via Chamamento Público

Vantagens:

Estimula a economia local.

Facilita logística e reposição rápida.

Desvantagens:

Menor competitividade pode elevar preços.

Necessário garantir ampla divulgação e critérios objetivos de seleção.

Alternativa 3: Consórcios Públicos ou Compras Compartilhadas

Vantagens:

- Redução de custos pela união de diversos entes públicos.
- Maior poder de negociação.

Desvantagens:

- Complexidade jurídica e operacional.
- Nem sempre aplicável se a prefeitura não integra um consórcio.

VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Considerando as opções disponíveis no levantamento de mercado, a solução escolhida e a ser adotada, para atendimento da presente necessidade como um todo, em termos técnicos e econômicos, é a adoção do Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços (SRP) é, em geral, a alternativa mais vantajosa para aquisição de materiais de uso contínuo e essencial como os mencionados.

VIII – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades dos materiais a serem adquiridos estão contidas no apenso (solicitação nº 00386/25) que instrui esse ETP.

IX – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

As estimativas do valor da contratação devem estar abarcadas por preços unitários referenciais, mediante documentos de cotações que lhes dão suporte, observados os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços que devem constar em documento separado e classificado.

Os métodos utilizados como parâmetros de obtenção dos preços deverão possibilitar economia de escala e devem se basear nas seguintes disposições, adotadas de forma combinada ou não:

I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

X – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Neste caso o julgamento será por item, entretanto ocorrerá o parcelamento, uma vez que não é justificável a aglutinação dos itens, sendo assim o registro de preços com várias empresas é provável conseguirmos menores preços.

XI – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a aquisição/operacionalização dos serviços podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

Os bens/serviços que se pretende, portanto, são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

XII – RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

XIII – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Momentaneamente, não haverá necessidade de outro tipo de adequação ou providência a ser tomada.

XIV – POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Não há incidência de impacto ambiental para a contratação pretendida.

XV – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Declaramos **VIÁVEL** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar sob o ponto de vista técnico, econômico e operacional, ficando a indicação da viabilidade legal e orçamentária e decisão quanto à contratação a cargo do setor competente.

DECLARAMOS que:

☒ (X) É VIÁVEL a presente contratação

☐ () NÃO É VIÁVEL a presente contratação